

# O ENSINO DE GEOGRAFIA E A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO E IMPLANTAÇÃO DA BNCC: uma experiência em uma escola da rede estadual em Bom Jesus – PI.

Maria de Jesus Oliveira dos Santos <sup>1</sup>  
Larissa Sousa Mendes <sup>2</sup>

## RESUMO

A educação brasileira passou por diversas reformas, desde a LDB de 1961 até a BNCC e a reforma do ensino médio em 2017, que foi modificada em 2024 pela Lei nº 14.945. Essas mudanças alteraram a estrutura curricular e o tempo dedicado à Geografia, que passou a fazer parte da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Diante disso, e do contexto específico da Educação do Campo em uma escola da rede estadual em Bom Jesus-PI, o presente estudo objetivou: examinar a matriz curricular da disciplina de Geografia após a implementação da Reforma do Ensino Médio e da BNCC, investigar os impactos desta Reforma na estruturação da disciplina de Geografia, considerando carga horária, conteúdos e metodologias, bem como identificar como estas reformas se contrapõe aos princípios e concepções da Educação do Campo. O estudo seguiu a metodologia da pesquisa qualitativa, elegendo como fonte fundamental de pesquisa a análise documental, dando especial atenção ao texto da BNCC e a análise bibliográfica. Nessa perspectiva, tomou-se como referencial teórico os trabalhos de Cavalcanti (2012), Kaercher (2016), Straforini (2011), Portela (2018), entre outros autores que discutem questões referentes ao currículo e o ensino de Geografia. Como resultados, observou-se que a Geografia no contexto da reforma do Ensino Médio e da implantação da BNCC, vê-se diluída no currículo. Essa perda de conteúdo, de carga horária e categorias de análise, impõe uma realidade de limitação ao acesso a conhecimentos importantes para a compreensão crítica da realidade espacial e social, contribuindo para a reprodução de conhecimentos deslocados dos territórios dos educandos e educadores do campo.

**Palavras-chave:** Ensino de Geografia, Reforma do Ensino Médio, Educação do Campo.

## INTRODUÇÃO

O contexto educacional brasileiro vem passando por profundas transformações nos últimos anos, especialmente a partir da reforma do ensino médio de 2017, na lei nº 13.415, até a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), essas normativas alteram significativamente a organização curricular dos estados, redefinindo conteúdos, carga horária, metodologias, destinadas as disciplinas, entre elas a Geografia. Tais políticas têm gerado intensos debates acerca dos impactos na formação dos estudantes e da real situação do ensino da Geografia nas escolas, sobretudo, pois há desafios na

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso Licenciatura em Educação do Campo em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal - PI, [mariawr66@gmail.com](mailto:mariawr66@gmail.com) ;

<sup>2</sup> Professora do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Piauí – UFPI, campus Professora Cinobelina Elvas. Doutora em Geografia pela UFRN, [larissa.mendes@ufpi.edu.br](mailto:larissa.mendes@ufpi.edu.br) ;



aplicação dessas mudanças, especialmente em escolas públicas, onde recursos didáticos e adaptações metodológicas nem sempre acompanham as exigências normativas.

Neste ínterim, a escolha deste tema surgiu a partir da experiência vivenciada pela pesquisadora, no Estágio Supervisionado II, nas disciplinas de História e Geografia, no CETI -José Lustosa Elvas Filho. Nesse contexto, foi possível observar peculiaridades no ensino da Geografia, como a diminuição da carga horária e a diluição da disciplina de Geografia no ensino médio. Nesse sentido, tornou-se essencial investigar como a disciplina de Geografia vem sendo trabalhada no contexto escolar, e de que maneira as reformas educacionais impactam sua prática pedagógica. A realização desta pesquisa se justifica pela necessidade de compreender como a disciplina de Geografia está sendo ensinada no contexto da implementação da BNCC e da Reforma do Ensino Médio no CETI-José Lustosa Elvas Filho. Além disso, verificou-se a ausência de estudos relacionados ao contexto educacional da cidade de Bom Jesus. Como estudante do curso de Licenciatura em Educação do Campo em Ciências Humanas e Sociais, que tem como objetivo a formação de professores multidisciplinares, aptos a lecionar em quatro componentes curriculares, nos quais são, Geografia, História, Filosofia e Sociologia para atuarem no Ensino fundamental e Ensino Médio, egressa da escola em análise e pertencente à cidade de Bom Jesus-PI, considero fundamental investigar como a disciplina de Geografia está sendo ensinada na instituição.

Nesse contexto, torna-se fundamental investigar de que maneira o ensino de Geografia vem sendo conduzido no CETI-José Lustosa Elvas Filho, considerando as diretrizes da BNCC e as mudanças promovidas pela Reforma do Ensino Médio de 2017. A pesquisa busca compreender em que medida tais reformas contribuem ou limitam a construção de um ensino de Geografia crítico e contextualizado, capaz de dialogar com a realidade local e atender às necessidades formativas dos estudantes.

Nesse sentido, temos como hipótese que a desobrigação do ensino de Geografia contribuirá para uma limitação no acesso ao conhecimento e para a formação de jovens com menor capacidade de compreensão crítica da realidade espacial e social.

A partir dessa problemática definimos como objetivo geral desse trabalho é analisar o impacto da Reforma do Ensino Médio e da implantação da BNCC no ensino de Geografia no CETI-José Lustosa Elvas Filho. e como objetivos específicos: examinar a matriz curricular da disciplina de Geografia após a implementação da Reforma do Ensino Médio e da BNCC, investigar os impactos desta Reforma na estruturação da disciplina de Geografia, considerando carga horária, conteúdos e metodologias, e como



os professores da escola José Lustosa Elvas Filho compreendem as consequências destas reformas curriculares para o ensino de geografia.

## **METODOLOGIA**

O estudo seguiu a metodologia da pesquisa qualitativa, elegendo como fonte fundamental de pesquisa a análise documental, dando especial atenção ao texto da BNCC, a análise bibliográfica e pesquisa de campo, por meio de entrevista semiestruturada com os professores de geografia que fazem parte do corpo docente da escola. Neste ponto, destaca-se a importância da entrevista com os professores, tendo em vista o papel do educador no processo curricular é fundamental, pois são estes profissionais que materializam estas políticas nas escolas. Conforme destacam Moreira e Candau (2007), como os professores têm concebido as políticas de currículo é um tema que precisa ser pesquisado e compreendido pois este reconhecimento das concepções de currículo se articula aos modos de construir e conduzir à docência.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A elaboração da BNCC está inserida dentro de um contexto social, histórico e político e até a sua proposta em 2018, houve todo um contexto de regulamentações e de marcos normativos para o ensino da geografia. De acordo com Portela (2018), A trajetória das reformas educacionais no Brasil teve início com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes De Bases da Educação Nacional (LDB), em 1961. Essa legislação organizava a educação nacional em três níveis distintos: ensino primário, ensino secundário e ensino superior, estabelecendo os parâmetros iniciais para a estrutura do sistema educacional brasileiro. Posteriormente, em 1996, com a aprovação da nova LDB (Lei nº 9.394/96), foi proposto um modelo de sistema único de educação básica, com o intuito de assegurar o acesso à educação de forma igualitária a todos os cidadãos brasileiros. Essa legislação representou um marco na consolidação do direito à educação como um bem público e social. Em 2013, a LDB foi novamente atualizada, reafirmando os princípios da Constituição Federal de 1988 e estabelecendo as diretrizes para a construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A proposta da BNCC visou garantir uma formação comum a todos os estudantes do país. Ocorreu também a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), no início da década de 1990, que foram elaborados a partir do discurso da modernização do ensino diante do avanço das tecnologias e do



contexto de globalização. Esses documentos tiveram como objetivo orientar a prática pedagógica frente às transformações daquele período.

Portela (2018), aponta também, que os PCNs tiveram grande importância para a formulação da Base Nacional Comum Curricular BNCC. Eles foram os primeiros documentos a propor uma referência nacional para o currículo escolar, orientando a organização do ensino com base em competências e habilidades. Dessa forma, pode-se afirmar que os princípios presentes nos PCNs influenciaram diretamente a construção da BNCC, mesmo não sendo citado na própria BNCC.

Em 2013, foi publicado as Diretrizes Curriculares Nacionais DCNs, com o intuito de orientar a organização curricular das etapas da Educação Básica. No que se refere ao componente curricular de geografia, as DCNs a insere dentro da área de ciências humanas a partir do ensino fundamental. Essa concepção se diferencia dos parâmetros curriculares nacionais PCNs, que só inseriram á na área de ciências humanas no ensino médio.

O Ministério da Educação (MEC), apresentou a primeira versão da Base Nacional Comum Curricular BNCC no ano de 2015, Sucessivamente foi lançada a segunda versão da BNCC, no qual, teve modificações de acordo com as sugestões que foram enviadas pelos Estados brasileiros, pelo Conselho Nacional de Secretárias de Educação (CONSED) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), que promoveram seminários para debater a respeito das modificações para a segunda versão, nesse mesmo período a última versão já começou a ser redigida em um processo colaborativo com a segunda versão, essa última versão passou por vários processos normativos até ser aprovada pelo Ministério da Educação.

Antes da última versão ser oficialmente atualizada e lançada, ocorreu a Reforma do Ensino Médio em 2017, que altera a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB - Lei nº 9.394/1996, com o discurso de tonar o ensino médio mais flexível e conectado às realidades e interesses dos estudantes, trouxe consigo, a diminuição na carga horária para a disciplinas que compõe a área de ciências humanas e sociais aplicas e em especial para o componente curricular de Geografia, a desobrigação para o ensino desses componentes, o ensino técnico, o ensino em tempo integral e os itinerários formativos, na lei percebemos que uma centralidade atribuída à BNCC, colocando esse documento como o principal articulador dos critérios de ensino em todos os níveis educacionais. Essa reforma trouxe um impacto muito grande para o Ensino Médio. Em 2018, foi lançado a versão final da BNCC, que inclui o ensino médio, com componentes curriculares de geografia, história, filosofia e sociologia em acoplado em uma só área de conhecimento,



que é a área de ciências humanas e sociais aplicadas, é um documento normativo que deve ser seguido para a construção dos currículos escolares por todos os estados do Brasil.

Dessa forma, percebe-se que as reformas educacionais anteriores a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), já vinham abrindo caminho para a sua inserção nos currículos estaduais. A Reforma do Ensino Médio de 2017, deu centralidade à BNCC como documento orientador, o que consolidou ainda mais esse processo, criando condições legais e políticas para que a Base fosse implementada em todo o território nacional. Assim, a BNCC, não surge de forma isolada, mas como resultado de um longo percurso histórico de regulamentações e ajustes normativos que gradualmente, prepararam o terreno para sua efetiva instauração no ensino brasileiro.

### **O ENSINO DE GEOGRAFIA NO CONTEXTO DA BNCC**

Ao analisar a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas na BNCC, percebe-se a integração de quatro componentes curriculares: filosofia, sociologia, geografia e história. No entanto, o documento não apresenta uma justificativa para a junção desses componentes nessa área. É notório que não há uma explicação sobre o motivo pelo qual cada disciplina foi inserida nessa área de conhecimento, especialmente a Geografia, que é o foco desta pesquisa.

A análise da BNCC, revela que o documento não menciona de forma específica os componentes curriculares que integram a área de Ciências Humanas e Sociais aplicadas, referindo-se sempre a totalidade da área, sem individualizar as disciplinas. A BNCC traz algumas categorias centrais que devem ser trabalhadas no Ensino Médio, tais como: territórios e fronteiras; indivíduo, natureza e sociedade, cultura e ética; política e trabalho. É evidente que essas categorias dialogam com os conteúdos abordados nas quatro disciplinas integradas na área. No entanto, o documento não delimita quais categorias estão diretamente relacionadas a cada componente curricular.

Observa-se, por exemplo, temáticas que são tradicionalmente estudadas de forma profunda na disciplina de geografia, como; território e fronteiras, indivíduo, natureza e sociedade, mas a geografia não é mencionada de forma específica no documento.

Na BNCC, encontrasse também seis competências específicas para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, destinadas a orientar o trabalho pedagógico no ensino médio. Essas competências funcionam como objetivos de ensino a serem alcançados ao longo da etapa do Ensino Médio. Embora abordem aspectos que se relacionam diretamente com os conteúdos da Geografia, o componente não é mencionado

de forma explícita, essa ausência dificulta a compreensão dos fundamentos epistemológicos que orientam o posicionamento da geografia no currículo, bem como a articulação entre os saberes geográficos e as demais disciplinas das ciências humanas.

Nos últimos anos, a criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a implementação da reforma do Ensino Médio de 2017, trouxeram grandes mudanças e preocupações para a educação no estado, especialmente no ensino da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, em particular da Geografia. Essas mudanças estruturais provocam uma reconfiguração curricular e nesse contexto o ensino da geografia se vê particularmente ameaçada, pois as propostas pedagógicas diluíram o componente e diminuíram a sua carga horária nas escolas. O modelo curricular da BNCC e a Reforma do Ensino Médio, tendem a padronizar o ensino educacional ignorando a diversidade das realidades social dos sujeitos que compõem a sociedade brasileira, o que leva ao empobrecimento dos saberes que são ensinados no componente curricular de Geografia. Nesse sentido, é necessário refletir sobre os impactos da BNCC, na construção de propostas pedagógicas.

É importante destacar que a BNCC foi construída com a finalidade de instituir uma proposta de currículo a ser seguida em todo território nacional, baseada na prescrição de conteúdos, competências e habilidades que deveriam ser desenvolvidas nas escolas do campo e da cidade, retirando das instituições de ensino e dos profissionais de educação a autonomia na construção de suas propostas pedagógicas e curriculares. Uma proposta curricular que desconsidera as especificidades socioculturais e econômicas regionais, bem como as necessidades e peculiaridades dos sujeitos envolvidos nos processos educativos, comprometendo o direito dos educandos de terem acesso aos conhecimentos e às culturas locais que permitam a sua inserção crítica na sociedade. (LIMA, 2021. p. 5)

Dessa forma, como destaca o autor a BNCC, ao propor uma educação que deve ser seguida nacionalmente contribui para a perda da autonomia dos professores, dos saberes que as disciplinas podem proporcionar ao educando, principalmente no contexto do ensino local e cultural. Ao limitar o tempo destinado à Geografia e esvaziar seu conteúdo crítico, as reformas educacionais retiram a capacidade da disciplina de promover uma formação cidadã e emancipadora, especialmente entre os estudantes do campo, para os quais o conhecimento geográfico é ferramenta essencial de leitura e transformação da realidade.



## IMPACTOS DA BNCC NO ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Nesse contexto, é necessário fazer-se uma inferência sobre como essa análise da implantação da BNCC e seus impactos no ensino de Geografia dialoga com a realidade da educação do campo, uma vez que esta análise está sendo realizada a partir do olhar da pesquisadora que é discente do curso de Licenciatura em Educação do Campo e a própria escola em que a pesquisa de campo foi realizada recebe em grande parte alunos residentes em áreas do campo. Ao retomarmos o contexto de criação da Educação do Campo, observamos que sua consolidação como política pública ocorreu em 2010, por meio do Decreto nº 7.352. Esse documento, em seu artigo 2º, inciso IV, assegura a valorização da identidade da escola do campo, prevendo projetos pedagógicos com conteúdo curricular e metodologia adequadas às reais necessidades dos sujeitos camponeses. O decreto também garante a flexibilidade na organização escolar, contemplando a adequação do calendário às fases de ciclos agrícolas e às condições climáticas, além de reforçar a importância de uma educação que respeite a diversidade. Entretanto, considerando que a BNCC foi elaborada posteriormente a esse decreto, cabe o seguinte questionamento: por que a base mesmo sendo reconhecida como um marco para a educação brasileira, simplesmente ignora as especificidades do ensino voltado para a população camponesa, seja ela do ou no campo?

Quando a BNCC transforma o ensino em um formato único e padronizado para todas as realidades ao estabelecer um conjunto de competências, habilidades, e temas gerais que devem orientar o ensino das disciplinas, essa padronização desconsidera alguns aspectos fundamentais para a Educação do Campo, como destaca Amorim; Sousa (2019, p. 140).

O currículo promovido pela BNCC não contempla o ensino contextualizado do campo, pois, no campo, a vida cotidiana dos camponeses é marcada por elementos que os caracterizam: a) força de trabalho familiar; b) trabalho acessório; c) trabalho assalariado; d) propriedade da terra; e) socialização camponesa; f) meios de produção; g) jornada de trabalho. Os referidos elementos não podem ficar fora, mas dentro dos currículos das escolas, de modo que eles sejam os norteadores do processo ensino-aprendizagem.



Quando a uma educação que proporciona ao camponês o entendimento do seu lugar, a importância do seu papel para sociedade, ao valorizar os saberes locais, ele se torna mais consciente de seus direitos, e da sua história, o que contribui para o empoderamento das comunidades camponesas, reforçando a sua importância para a sociedade, a BNCC, não apresenta essa preocupação com um ensino que englobe a realidade dos camponeses. A própria base ignora que o Brasil e particularmente o Estado do Piauí, possui uma diversidade de povos e territórios, que não se encaixam nesse modelo único e urbano de educação, tratando realidades diferentes de forma igualitária, não se preocupando com as especificidades de cada realidade, e muito menos com as necessidades dos camponeses.

## **CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA**

O lócus da investigação é o CETI-José Lustosa Elvas Filho, localizada no município de Bom Jesus, estado do Piauí. A referida instituição atende aproximadamente 333 estudantes, dos quais a maioria é oriunda da zona rural, pertencente a famílias de baixa renda e, em sua maioria, filhos de agricultores. Conforme informações fornecidas pela gestão escolar, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) foi solicitado, contudo, no momento da pesquisa, encontrava-se em processo de atualização, a unidade conta com um corpo docente composto por aproximadamente 44 professores, responsáveis por atender, dentre outros níveis, cerca de 246 alunos matriculados no Ensino Médio. A estrutura física da escola compreende oito salas de aula, que acolhem nove turmas de Ensino Médio, distribuídas em três turnos de funcionamento. No turno matutino, são ofertadas turmas do 9º ano do Ensino Fundamental, bem como da 1ª e 2ª séries do Ensino Médio. No período vespertino, funcionam as turmas da 2ª e 3ª séries do Ensino Médio. Já no turno noturno, a escola atende estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

## **ANÁLISE DE CONTEÚDO DA ENTREVISTA COM OS PROFESSORES DE GEOGRAFIA**

A presente pesquisa fundamentou-se num olhar qualitativo, objetivando identificar como os professores da escola José Lustosa Elvas Filho compreendem as consequências das recentes reformas curriculares para o ensino de Geografia.

A categoria analítica das entrevistas foi “o impacto da reforma do ensino médio e da BNCC a partir da compreensão dos professores”. As categorias empíricas identificadas na análise foram quatro: identificação, posicionamento, formação continuada, e impactos.



A primeira categoria é a identificação, para essa categoria foram consideradas a análise das respostas as questões 1, 2, 3 e 4. A pesquisa envolveu dois professores do corpo docente da escola, a professora Florzinha<sup>3</sup> e o professor Cacto, a professora Florzinha é formada em História e atua nas disciplinas de História e Geografia, possuindo 24 anos de experiência no magistério, com faixa etária entre 46 e 55 anos, ela possui pós-graduação em gestão e supervisão escolar com docência do ensino superior. O professor Cacto, é formado em Geografia e leciona essa disciplina na escola, com 7 anos de experiência no magistério, estando na faixa etária entre 36 e 45 anos, ele possui pós-graduação em coordenação, inspeção e administração escolar.

Ao analisar as respostas as das questões 5, 8 e 9 das entrevistas, identificou-se a categoria *posicionamento*. O professor Cacto, avalia a BNCC como bastante importante e acredita que a reforma do ensino médio foi necessária, embora não concorde com a redução da carga horária da Geografia. Para ele, a BNCC contribui para o processo educacional e pode fortalecer a formação dos estudantes. Entretanto, autores como Neto (2021) e Santos (2018), entre outros autores que investigam essa temática não compartilham dessa visão. Em suas análises, destacam que tanto a reforma quanto a BNCC, acarretam prejuízos para a formação dos estudantes, principalmente quando reduzem conteúdos, horas e espaços de disciplinas essenciais, como a geografia, comprometendo o desenvolvimento crítico dos estudantes. A professora Florzinha, reconhece como ponto positivo o nivelamento proposto pela BNCC, mas critica a retirada de conteúdos que são importantes para o desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes. Além disso, considera que a reforma não reduziu as desigualdades educacionais, mas promoveu uma injustiça educacional. Assim como o colega, também não concorda com a redução da carga horária da Geografia, apontando prejuízos à formação dos estudantes. Nesse sentido, Neto (2021, p. 390), corrobora com a perspectiva dos professores, ressaltando que “o ensino de Geografia frente à reforma do Ensino Médio e a BNCC caminha para perder o espaço, tanto nos conteúdos como na carga horária”.

A categoria *formação continuada*, foi identificada a partir da análise das respostas das questões 6 e 7. O professor Cacto não participou de nenhum curso de formação continuada sobre a BNCC ou para a reforma, mas afirmou que se sente preparado para aplicar o documento na prática. A professora Florzinha, informou ter participado parcialmente de formações e ressaltou que mesmo com pouco apoio governamental, os professores adquirem competências e habilidades para lecionar de forma responsável. Os dois apontam, a ausência de formações consistentes que auxiliem a implementação da



Reforma e da BNCC, evidenciando lacunas no processo de implementação. Nessa mesma direção, Evangelista e Araujo (2025), evidenciam que a falta de formação continuada voltadas às reformas educacionais gera preocupações, pois a experiência acumulada em sala de aula, embora seja relevante, não supre a necessidade de uma preparação sistemática, capaz de assegurar maior segurança teórica e metodológica aos professores.

A partir da análise das questões seguintes, 10 a 17, foi possível identificar a categoria empírica *impactos*. O professor Cacto, considera que a redução da carga horária prejudica a disciplina de Geografia, reconhecendo mudanças nos materiais didáticos, ainda que insuficientes e entende que a BNCC, vem sendo implantada de forma gradativa. Apesar de prever um futuro “um pouco oprimido” para a disciplina, o professor Cacto, avalia como positiva a integração da Geografia a área de ciências humanas. Já a professora Florzinha, aponta impactos mais negativos: destaca que a redução da carga horária compromete a formação sólida dos estudantes, denuncia o empobrecimento da formação crítica e cidadã, critica a falta de infraestrutura adequada para o ensino integral e lamenta a ausência de livros didáticos, sendo necessário trabalhar com materiais xerocados.

As preocupações levantadas pelos professores encontram concordância em vários estudos acadêmicos. Neto (2021), Santos (2018), Evangelista e Araújo (2025), Goncalves (2023), e Portela (2018), reforçam que a redução da carga horária, a falta de infraestrutura, o esvaziamento de conteúdos, a diluição da disciplina, a perda da identidade da disciplina, representam serias ameaças ao ensino da Geografia. Esses autores convergem na avaliação de que a disciplina perde cada vez mais espaço e relevância diante das reformas educacionais, o que compromete a formação dos estudantes. A análise das entrevistas evidencia que a percepção sobre a Reforma do Ensino Médio e a BNCC, apresenta convergência e divergências importantes em relação ao que é preceituado na literatura, permitindo compreender os impactos dessas políticas na prática escolar.

De forma geral, a análise demonstra que os impactos da Reforma do Ensino Médio e da BNCC, do ponto de vista dos professores, incluem tantos aspectos positivos e negativos, a síntese desses elementos confirma que, embora haja divergências quanto ao posicionamento ideológico frente a reforma, ambos os professores percebem mudanças concretas na prática pedagógica que influenciam diretamente a formação dos estudantes, evidenciando a relevância de se considerar a voz docente no processo de elaboração e avaliação das políticas educacionais.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do estudo, foi possível analisar como a BNCC e a Reforma do Ensino Médio, impactam o ensino de Geografia no CETI-José Lustosa Elvas Filho, em Bom Jesus-PI. Observou-se que as mudanças implementadas, especificamente a redução da carga horária e a diluição da Geografia por parte da BNCC, tem contribuído para o esvaziamento da disciplina, fragilizando a possibilidade de os jovens compreenderem de maneira crítica a realidade espacial, territorial, e social em que vivem, isso ficou evidente nas falas dos professores entrevistados.

Ao observar as políticas educacionais, percebe-se que historicamente, tais reformas têm se direcionado no sentido de oferecer uma educação limitada aos filhos da classe trabalhadora. Em vez de garantir o pleno acesso ao conhecimento e à formação integral, essas políticas tendem a reduzir conteúdos, enfraquecer disciplinas e priorizar a lógica de mercado que prepara os estudantes para funções técnicas e imediatistas. Assim, reforça a reprodução das desigualdades sociais.

Além disso, os resultados evidenciaram que a Reforma do Ensino Médio, articulada à BNCC, trouxe alterações significativas na organização da disciplina de Geografia, sobretudo no que diz respeito à carga horária, à seleção dos conteúdos e às metodologias adotadas. Essas mudanças implicaram em desafios para a manutenção da identidade e da especificidade da Geografia como componente curricular, uma vez que, em muitos casos, houve redução de tempo destinado à disciplina e fragmentação dos conteúdos.

A análise da matriz curricular mostrou que a disciplina precisou se reconfigurar para atender às novas exigências, o que por vezes gerou tensionamentos entre a proposta normativa e a realidade escolar. Nesse cenário, os professores relataram preocupações quanto à efetividade da formação integral dos estudantes e destacaram dificuldades em conciliar os novos arranjos pedagógicos com a necessidade de garantir uma aprendizagem crítica e significativa em Geografia.

Constatou-se, ainda, que as reformas suscitaram interpretações diversas entre os docentes: enquanto alguns reconheceram a possibilidade de inovação metodológica e interdisciplinaridade, outros enfatizaram o risco de empobrecimento da formação, devido à redução da carga horária e à priorização de áreas específicas em detrimento da formação ampla.

Assim, conclui-se que a Reforma do Ensino Médio e a BNCC, embora apresentem um discurso de modernização e flexibilização, têm gerado impactos que colocam em



debate o papel da Geografia na formação dos estudantes. Os desafios observados indicam a necessidade de maior diálogo entre políticas educacionais, gestores escolares e professores, de modo que a implementação de tais reformas não comprometa a função social e crítica da educação geográfica.

## REFERÊNCIAS

MOREIRA, Antônio Flávio B.; CANDAU, Vera M. Currículo, conhecimento e cultura. In: FERNANDES, Cláudia de Oliveira; FREITAS, Luiz Carlos de. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

Portela, M. O. B. (2018). A BNCC para o ensino de Geografia: a proposta das Ciências Humanas e da Interdisciplinaridade. Okara: **Geografia em Debate**, 12(1), 8-68. doi: 10.22478/ufpb.1982-3878.2018v12n1.38216.

BRASIL. Ministério da Educação. A área de ciências humanas e sociais aplicadas. In: \_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. A Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, altera a lei 9394/96, as diretrizes e bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, poder executivo, Brasília, DF, 16 fev., 2017a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm). Acesso em: 10 maio 2015.

BRASIL. **Decreto nº 7.352**, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm). Acesso em: 10 maio 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edição 70, 1986.

Lima, E. S. Os impactos da BNCC nas Políticas de Educação do Campo e nos Projetos Educativos das Escola Famílias Agrícolas. **Revista Espaço Currículo**, v.14, n.2, p.1-16, 2021. ISSN 1983-1579. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpi.1983-1579.2021v14n2.58092>.

LUZ NETO, Daniel Rodrigues Silva. Afinal, para onde caminha o Ensino de Geografia no contexto de reforma do Ensino Médio e implantação da BNCC? **Terra Livre**, [S. l.], v. 1, n. 56, p. 370–397, 2022. DOI: 10.62516/terra\_livre.2021.2205.

